

13ª Mostra da Produção Universitária

Rio Grande/RS, Brasil, 14 a 17 de outubro de 2014.

O DESCOMPROMISSO DO BRASIL FRENTE À PREVIDÊNCIA

SOTTILI, Luciana Adélia (autora)
COSTA, José Ricardo Caetano (orientador)
luciana.sottili@furg.br

Evento: Congresso de Iniciação Científica
Área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Palavras-chave: Previdência; Direitos Fundamentais; Direitos Sociais

1 INTRODUÇÃO

A iniciativa desta pesquisa parte a partir do estudo da disciplina de Direito Previdenciário. A partir dos debates em aula nos tornamos curiosos acerca da temática que envolve a grande afronta aos preceitos constitucionais elencados em nossa Carta Magna. O acesso à Previdência é um direito fundamental ligado ao nosso Estado de bem estar social que permanece apenas no papel, sem nunca ter sido efetivamente implementado em nosso país. Frente a esta questão duas posições se confrontam, os neoconservadores que defendem a ideia de que o Estado deve deixar ao mercado o equilíbrio da economia e os positivistas que defendem o cumprimento das normas e a plena efetivação destas como dever ao povo brasileiro. Teria ainda espaço para a efetivação do Estado de Bem Estar Social no contexto atual? Como fazer com que o Estado reconheça sua omissão e cumpra com as prerrogativas alicerçadas pelo Constituinte? Nossa justificativa tem assim um caráter de compromisso com a população que permanece muda e ignorante, subjugada pela força de um ente de força maior que a arrasta mais ainda para a desigualdade social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nosso trabalho deve-se em parte ao estudo do artigo "Os direitos sociais no Estado Liliputista: 25 anos de retração e desconstituição" de autoria do professor José Ricardo Caetano Costa. A partir da análise deste, aliado aos debates em aula e demais leituras e observações chegamos ao problema que é o mote de nossa pesquisa.

3 MATERIAIS E MÉTODOS (ou PROCEDIMENTO METODOLÓGICO)

A metodologia que adotamos baseia-se na revisão bibliográfica de especialistas da área, além da nossa observação empírica da construção da sociedade aplicando-se a todo o território brasileiro.

4 RESULTADOS e DISCUSSÃO

A preocupação com o estudo desta temática iniciou após os debates e leituras realizados durante as aulas de Direito Previdenciário. Nossa formação sempre esteve voltada para os interesses sociais, no entanto, a importância deste amparo à população não era de todo compreendido, vez que os conhecimentos sobre o

13ª Mostra da Produção Universitária

Rio Grande/RS, Brasil, 14 a 17 de outubro de 2014.

funcionamento da previdência permanecem de certa forma obscuros ao cidadão comum. Como pesquisa iniciada recentemente e ainda sendo conduzida, nossos resultados são parciais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas observações até o presente nos levam a considerar as hipóteses levantadas por defensores e opositores quanto ao funcionamento/necessidade desta máquina estatal. Cada um apresenta argumentos que analisados de forma independente possuem sua razão amparada. No entanto, é necessário abster-se de um e outro lado e observar-se o conjunto e, principalmente, quais as implicações para o elo mais fraco dessa relação, o cidadão.

REFERÊNCIAS

COSTA, José Ricardo Caetano. **Os direitos sociais previdenciários no Estado Liliputista: 25 anos de retração e desconstituição**. In: SERAU JUNIOR, Marco Aurélio; AGOSTINHO, Theodoro Vicente. (Coords.) **A Seguridade Social nos 25 anos da Constituição Federal**. São Paulo: LTr, 2014.

COSTA, José Ricardo Caetano. **Previdência: os direitos sociais previdenciários no cenário neoliberal**. Curitiba: Juruá, 2010.

COSTA, Maria Isabel Pereira da. (Org.). **Previdência ou Imprevidência?** Porto Alegre: Ajuris, 2001.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 11. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.